

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 23 DE ABRIL DE 2014

NÚMERO 6.683

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Valdir Cobalchini
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Valdir Cobalchini
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Ada Faraco De Luca
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 019ª Sessão Ordinária realizada em 19/03/2014.....2</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes.....7 Avisos de Licitação8 Aviso de Resultado8 Extratos8 Ofícios9 Projetos de Lei9 Requerimentos10</p>
---	---	--

PLENÁRIO

ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência, antes de entrar no horário reservado aos Partidos Políticos, registra a presença, neste Parlamento, dos vereadores de Urussanga, Isolete Duarte Vieira Gastaldon, Omero de Bona, Valter Luiz Nesi e Odivaldo Bonetti.

Sejam todos bem-vindos!
Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, o primeiro horário está destinado ao PMDB.

Com a palavra, o sr. deputado Manoel Mota, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, sra. vereadora e srs. vereadores que vêm de Urussanga a trabalho a esta capital e prestigiam o nosso Parlamento nesta manhã. Também está presente nesta Casa o prefeito de Pedras Grandes, Antônio Felipe Sobrinho, que vem à capital nesta manhã, demais visitantes que nos acompanham na manhã de hoje.

Eu gostaria de entrar num tema político, mas vou deixar para mais tarde para ver se o meu coração consegue suportar o que eu pretendo dizer.

Quero iniciar falando sobre a situação que vivemos neste Brasil, em que o governo tem menos força do que algumas entidades. A Funai de Santa Catarina tem mais força do que o governo federal.

Não dá para admitir que os irresponsáveis da Funai deixem acontecer as mortes e dizendo que as pessoas têm que se cuidar. Quer dizer, é uma resposta bonita para pessoas que denigrem o governo federal, que não merecem estar ali representando o governo nesta ação.

Se não fosse o governador do estado entrar com uma ação na Justiça Federal e ganhar a liminar para a execução da quarta pista, as pessoas iam continuar morrendo ali.

Por que agora a Funai não vai lá trancar a rodovia? É por que têm medo da prisão? Eles foram moleques e irresponsáveis. Trouxeram índios que, coitados, não têm culpa nenhuma. Importaram índio de tudo que é lado, do Paraguai, de todas as regiões, e trouxeram para o Morro dos Cavalos, onde não se produz nada.

Agora querem a garantia dos terrenos, querem demarcar. Então, a quarta pista não podia sair porque eles querem demarcar? Isso não tem sentido.

Finalmente, a Justiça Federal garantiu que vamos ter a quarta pista e assim diminuiremos as mortes. Essas mortes não vão parar, mas vão diminuir as mortes que ali vêm acontecendo a cada instante.

Então, esse é o Brasil em que nós vivemos hoje. Lá na serra, em Praia Grande, Cidade dos Canyons, ficamos aguardando por quatro anos por causa de duas pererecas. Por causa de um casal pererecas, entraram com uma ação e por quatro anos o dinheiro ficou depositado, não podiam executar a obra porque ia exterminar as pererecas. As pererecas da promotora que entrou com uma ação contra a obra.

Então, aconteceu que, depois de quatro anos, viu que tem milhões de pererecas

lá, então a licença saiu e já está licitada a obra. Isso é o Brasil!

Mas quem é que vai pagar os R\$ 27 milhões a mais? Agora a obra está custando R\$ 27 milhões a mais, e quem é que vai pagar?

A procuradora de República tem que ser processada porque foi irresponsável. Não analisou, não fez um levantamento e apenas entrou com uma ação contra a obra, que é turística e que apenas vai beneficiar o norte do Rio Grande do Sul e o sul de Santa Catarina.

Mas, felizmente, conseguimos a licença ambiental, a obra já está licitada, é dinheiro do BID, e agora esta obra vai acontecer.

Nós trabalhamos 30 anos na Serra da Rocinha, a BR-285, foram 30 anos de luta. Depois de 30 anos conseguimos todo o dinheiro e a licença. Saiu a ordem de serviço e também entraram com uma ação alegando que aquela licença não serve, e a obra foi bloqueada e parada.

A empresa é um consórcio, já estava instalada, e uma delas é a Setep Construções S/A, uma das grandes empresas de Santa Catarina, e está lá a obra parada.

Então, não dá para brincar com dinheiro público. Também outras empresas participam, ganham a licitação e depois não têm equipamentos, maquinários e vão empreitando, não podem pagar e param a obra. Existem várias obras em Santa Catarina paradas porque a empresa não teve condições de continuar. Este é o Brasil em que vivemos!

E tem mais! Há empresas que trabalharam na BR-101, foram contempladas com 14 aditivos e estão participando de outras licitações e trabalhando!

Eram para estar na cadeia! É muito difícil gerir uma situação dessas.

Em 1985, 95% do PIB brasileiro ficou concentrado nos tapetes pretos, nas BRs deste Brasil pelos caminhoneiros. E eu como prefeito, estive ligado à área de transporte de caminhão. Assim, tive que criar um evento que valorizasse o motorista profissional para a sociedade conhecer o que representa um homem no volante que carrega a riqueza do país nos tapetes, e aí criamos a Arrancada de Caminhões, em 1985.

Em 1986, aconteceu o primeiro evento que teve como premiação uma moto, e o grande piloto deste Brasil nesta modalidade era Edson Beber; e o outro prêmio ficou com este deputado, que também era bom no pé. Fui campeão em outra modalidade.

Em 1987, o piloto Beber ganhou um automóvel, demonstrando agilidade, porque ele sabia preparar o caminhão como um jôquei que avança com seu cavalo cinco metros na frente na rédea.

Em 1988, a premiação era quatro automóveis. Beber ganhou um automóvel na força do caminhão 380 CV e dois automóveis na força livre, e de lá para cá, participa todos os anos da arrancada e sempre é campeão. Quero destacar que ele é uma pessoa muito alegre, amigo de todos, mesmo sendo campeão sempre, mas se não fosse campeão seria a mesma coisa. Beber vinha do Paraná e trazia os amigos de lá para participar das corridas.

A arrancada era um dos maiores eventos de Santa Catarina, depois passou a ser o maior evento do Brasil, e hoje é o maior evento do mundo na categoria de transporte e carga. O quilômetro de arrancada existe em mais de dez países, e a nossa festa é a maior de todas, com 150 mil pessoas presentes.

Então, é uma festa extraordinária, uma festa sem limite. Nunca houve um probleminha, nunca houve nada, inclusive registrei aqui na semana passada isso, e, de repente, numa festa linda, num dia lindo, sem vento, tudo normal, Beber foi disputar uma das quatro categorias da final da premiação para ser campeão, saiu um pouquinho atrás, mas com muito braço no volante conseguiu o primeiro lugar, ou seja, foi o campeão da prova. Eu não estava lá, mas existem vídeos sobre este momento. Ele ganhou no final da prova. Acho que estava a menos de meio metro do

outro caminhão. E é natural que a pessoa vibre depois de ganhar a corrida, como mostra um dos vídeos, o Beber com os braços para cima. E como ele estava na areia, deve ter perdido o controle e quando foi pegar no volante novamente já não deu mais, o caminhão tombou e ele recebeu uma pancada na cabeça e teve morte instantânea. Para nós esse acontecimento fez o mundo desabar. Imaginem, numa festa linda como a nossa, que marca a história de Santa Catarina para todo o Brasil.

Esperei até as 23h para que o corpo fosse liberado de Araranguá, e depois fui para Ilhota, fiquei até segunda-feira, e de lá o corpo iria para o Paraná. Em Ilhota, onde o corpo se encontrava, havia muitas pessoas, pois ele era proprietário de uma empresa de transportes. Beber era uma pessoa de amizades sem limites.

Então, Santa Catarina, assim como o estado do Paraná, perdeu um grande piloto de corrida de caminhões. Beber disse numa entrevista um pouquinho antes do acidente: "Essa é a minha paixão! Correr na pista em Araranguá. Arrancada de Caminhões é a minha paixão! Se tiver que morrer numa pista, morro feliz porque é a minha paixão." A entrevista foi transmitida no rádio e não houve quem aguentasse.

No sábado de manhã ele disse: "Tu vais correr com o meu caminhão! Eu fico de fora e tu corres com o meu caminhão!" E eu disse para ele o seguinte: estrela tem que ficar lá na pista! Você é uma estrela. Você é a nossa estrela.

E ele ainda insistiu. É uma coisa inacreditável, inacreditável! Ele corre, ganha todas as provas e na hora de ser campeão acontece esse desastre que abalou o sul inteiro, havia muita gente, aproximadamente 150 mil pessoas.

Foi encerrado o evento, havia mais duas categorias para decidir a prova. O prefeito, com muita habilidade, na hora disse que todos que estavam participando iriam receber o dinheiro da inscrição de volta, e quem já havia corrido iria receber, mas não há mais como continuar. Realmente não havia condições, pois era uma pessoa querida por todos.

Então, pretendo, sr. presidente, fazer uma sessão solene neste Parlamento para homenagear esse grande amigo, esse baluarte do volante, que escreveu história porque foi da Fórmula Truck e por onde passou foi campeão. E aí evidentemente vamos valorizar todos que foram campeões, mas a homenagem é para o Edson Beber.

Edson Beber está gravado em nossos corações para o resto da vida. Ele era um amigo de todos, era meu amigo há 24 anos, e eu senti demais a sua morte, mas temos que ter força, coragem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Presidente, vou usar a tribuna hoje para falar de projetos de lei da área ambiental que temos proposto, mas antes, queria dizer ao deputado Manoel Mota que, como mulher, incomoda-me muito escutar o referido deputado vir à tribuna, e por tratar-se de uma procuradora mulher, usar a expressão: a perereca da procuradora.

Queria que v.exa. fizesse uma reflexão sobre isso porque independentemente da sua divergência com a procuradora, v.exa. ofende a condição de mulher, e me sinto ofendida como parlamentar desta Casa. Diga qualquer coisa sobre a procuradora, mas não diga isso porque há uma acepção clara de gênero que ofende a procuradora, não pelo o que ela faz, mas pela condição de ser mulher.

Quero dizer, como integrante da bancada feminina e atuante do Movimento de

Mulheres, que já superamos o tempo de rir das mulheres pela condição que temos.

Gostaria de usar a tribuna para destacar dois projetos de lei. O primeiro deles, que hoje votaremos, é sobre a criação do selo verde, para que os municípios na área urbana tenham uma árvore para cada cinco habitantes. Já tivemos a aprovação no âmbito das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente e veio ao plenário essa votação.

Tenho convicção de que demos um passo adiante na necessidade que existe de preservar o meio ambiente para as futuras gerações.

Hoje há também outro projeto de lei com relatoria do deputado Valmir Comim, que foi aprovado no âmbito da...

V.Exa. deseja falar, deputado Manoel Mota?

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Deputado, eu tenho apenas cinco minutos, enquanto v.exa. teve 15 minutos.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-la e dizer que tenho um respeito enorme por v.exa. e pela mulheres. Não quis desprestigiar as mulheres, porque elas estão acima de qualquer coisa. Nem estaríamos aqui se não fossem as mulheres.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada! Vou tomar essas palavras como um desejo de v.exa. de não usar mais esse termo neste Parlamento. Parabéns por ter a dignidade de fazer uma autocrítica. Apenas quem é grande consegue dar um passo adiante.

Retomando o meu tema, gostaria de tratar de um problema que aprovamos no âmbito da comissão de Finanças, que trata da política estadual de incentivo à energia solar e eólica. Acompanhei há uns dois anos numa missão da Fiesc à Feira de Cantão, na China, e uma empresa alemã que fazia promoção da energia solar, mencionou um dato muito significativo para nós: o ponto do Brasil com menor potencial para energia solar é melhor que o melhor ponto na Alemanha também para essa modalidade energética.

Portanto, incluir na matriz energética nacional as energias alternativas é um potencial que o Brasil tem condições de desenvolver, e, em particular, em Santa Catarina, onde já existem algumas experiências positivas acumuladas e temos condições de dar um passo adiante.

A iniciativa da criação do selo verde, que já mencionei desta tribuna, para que os municípios tenham na área urbana no mínimo uma árvore para cada cinco habitantes, também se coaduna com outros projetos de lei que temos apresentado, que dizem respeito ao aproveitamento do potencial que a Assembleia tem de inclusive ser autossuficiente no campo energético.

Temos um enorme teto que é capaz de captar energia solar e com isso aproveitamos essa energia, dando exemplo para a iniciativa de outras partes.

Aprovamos também o uso de papel reciclado, que também é um passo adiante, como alguns órgãos federais, estaduais e municipais. São medidas ainda hoje de baixo impacto, mas que trazem uma perspectiva futura alvissareira no campo das energias renováveis, limpas, que na verdade é o grande momento que o planeta vive hoje.

Se por um lado todos nós temos um profundo desejo de apostar no desenvolvimento do Brasil e de Santa Catarina, é preciso desenvolver novas formas de energia, mas também é preciso preservar o meio ambiente. Energia solar e energia eólica é a cara desse momento, ou seja, desenvolvimento econômico com energia limpa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Srs. deputados, apresentamos uma indicação solicitando ao governador do estado, por meio desse pedido, a inclusão de conteúdo relacionado à prevenção e ao combate de drogas ilícitas na rede de ensino público e particular, que vem ao encontro do trabalho forte que o deputado Ismael dos Santos desenvolve.

Estou fazendo essa indicação, deputado Ismael dos Santos, porque já fiz um projeto nesta Casa, que não prosperou, de inclusão no currículo escolar das escolas a orientação e a prevenção no combate ao uso de drogas ilícitas.

Considero e tenho certeza de que v. exa., deputado Ismael dos Santos, que tem vários livros escritos sobre o tema, sabe que um dos pontos mais importantes e que deveria ser levado a sério pelo governo do estado é que para cada R\$ 1,00 que se gasta com a recuperação de um drogado, teríamos economizado pelo menos o triplo se estivéssemos trabalhando com a prevenção.

A cada ano dou entrada num projeto nesse sentido, mas ele não prospera, não passa da comissão de Constituição e Justiça. E o deputado Darci de Matos deu entrada num Projeto de Lei n. 0143, que dispõe sobre a inclusão no currículo escolar de conteúdo relacionado à prevenção, ao combate a ao uso de drogas psicoativas lícitas e ilícitas no âmbito do estado de Santa Catarina e dá outras providências. E é muito interessante, porque nenhum desses projetos prosperam, mesmo tratando-se de um assunto de tamanha relevância.

Vejo a possibilidade de protegermos as crianças nas escolas, não apenas no currículo, mas também na parte física, com policiais da guarda municipal ou militares. O deputado Ismael dos Santos sabe que traficantes circulam e ficam no entorno das escolas esperando os adolescentes do I e II grau saírem para oferecerem a droga de graça, porque depois o adolescente acaba tornando-se vítima deles.

Se focarmos o trabalho na prevenção das drogas, com certeza teremos mais sucesso do que estamos tendo com relação ao combate ou a tentativa de recuperar as pessoas drogadas. É difícil recuperar uma pessoa viciada em *crack*, porque para tirar um adolescente do vício não é fácil, tanto para a família como para quem pretende fazê-lo.

Não consigo entender porque não existe, por parte do governo, a inclusão desse tema no currículo escolar. Não se trata de uma matéria específica. É apenas a inclusão do tema no currículo escolar. No meu tempo essa questão estava incluída na matéria OSPB - Organização Social e Política Brasileira. Agora, tenho a impressão de que essa matéria foi retirada do currículo escolar. Uma pena, pois poderíamos de alguma forma inserir no currículo a disposição e a vontade de combater as drogas.

Existe o Proerd, que é um programa da Polícia Militar, bem como muitas comunidades e associações que trabalham em cima dessa questão, mas o estado deveria tomar a iniciativa e colocar no currículo escolar esse assunto para os alunos desde a tenra idade. Fazemos isso em casa porque temos uma formação diferente e esclarecimento suficiente. Então, em casa sabatinamos muito, conversamos muito com os nossos filhos e hoje conversamos muito com nossos netos...

Falo muito com minha neta, que tem 13 anos, sobre esse assunto. Ainda esta semana jantei com ela e um dos assuntos que mais martelei foi justamente essa questão das drogas, das amizades, o perigo das amizades, pois tem sempre o que se diz amigo e fala: "Experimenta, vê como é gostoso, isso não faz mal para ninguém, é conversa deles." Quer dizer, nós conversamos dentro de casa sobre o problema das drogas porque temos esclareci-

mentos, mas há milhões de famílias que não fazem isso. A criança hoje vai para a escola receber os ensinamentos e também a educação que deveria ter em casa. A responsabilidade do professor e o trabalho dele hoje é duplicado, porque ele tem que fazer o papel do pai, da mãe, e depois também o seu papel de professor. Por que não incluir no currículo escolar a obrigatoriedade de falar na prevenção, na conscientização da criança sobre o problema das drogas? Com certeza absoluta nós teríamos menos drogados neste país do que temos nos dias de hoje, por isso, lamento.

Já entrei mais de duas vezes com projeto desse tipo nesta Casa, assim como o deputado Darci de Matos, mas não passou da comissão de Constituição e Justiça, porque sofre vício de origem. Tenho a impressão de que o deputado Ismael dos Santos também deve ter feito a mesma coisa. Estou fazendo uma indicação, mas sei que vai parar numa gaveta, tenho certeza absoluta. Se lerem a minha indicação, sei que depois vai parar numa gaveta, quando esse assunto deveria ser levado muito a sério, pois é uma questão inclusive de economia para o próprio estado que gasta um horror de dinheiro com o tratamento de viciados e poderia gastar muito menos na prevenção, na salvação de nossas crianças e dos nossos adolescentes. É isso que eu teria para dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, que dividirá o tempo com o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero parabenizar o deputado Nilson Gonçalves pela intervenção, nesta manhã.

De fato a comissão de Combate e Prevenção às Drogas, desta Casa, tem-se preocupado com essa temática. Nós elegemos, deputada Luciane Carminatti, cinco eixos de trabalho: a questão da reabilitação, a prevenção, a ressocialização, a legislação e a questão da repressão. E não há dúvida de que a prevenção, deputado Maurício Eskudlark, v. exa. que vem da área Polívia Civil, é a pérola de todo esse processo.

O que acontece, deputado Nilson Gonçalves, é que, infelizmente, não vou generalizar, a deputada Luciane Carminatti pode falar com mais autoridade sobre isso, mas há uma resistência por parte do Magistério em abordar essas temáticas. O professor de Matemática, o professor de Português, o professor de História, eles não se sentem habilitados o suficiente para inserir essa temática na sua disciplina. Mas não há dúvida, e os técnicos estão aí para confirmar, de que a questão das drogas na escola, deputado Nilson Gonçalves, precisa ser um tema transversal, precisa permear toda a proposta curricular, não especificamente de uma disciplina, mas precisa estar presente de uma forma ampla em todas as matérias trabalhadas em sala de aula.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V. exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero apenas dizer que há um esforço muito grande por parte dos educadores no sentido de realizar um bom trabalho em relação a esse tema, mas há preocupação. Vejo que não passou pela formação acadêmica dos nossos professores informações e a metodologia para tratar desse tema, porque do ponto de vista da dependência química, talvez um profissional da biologia possa explicar melhor do que um profissional da matemática, da geografia. Então, precisamos compreender que há uma formação anterior que não habilita para trabalhar bem esse tema.

Por outro lado, as escolas têm desenvolvido vários projetos, deputado Nilson Gonçalves, inclusive de um programa que tem no âmbito federal, que é o Programa de Cultura da Paz, em que se discute todas as questões que envolvem a paz, quais sejam também a questão da segurança pública e das drogas. Esse é um tema. Outro tema é a questão das drogas como um tema transversal, que transita nas diferentes disciplinas e aí cabe ao professor, por exemplo, de língua portuguesa, trabalhar mais a gramática e a redação, e o conteúdo fica com aquele profissional que tem uma habilitação maior ou que se identifica com o tema e que tem condições. Mas confesso que é extremamente delicado lidar com isso. Acho que os professores estão abertos, deputados Nilson Gonçalves e Ismael dos Santos, mas precisa haver um programa de formação. Acho que não temos divergência nisso. Precisamos de um comando que oriente os profissionais de educação, eu não diria uma matéria específica, porque matérias são disciplinas, e não podemos criar uma matéria sobre drogas, não é isso. Queremos discutir esse tema do ponto de vista de toda educação básica de acordo com o nível de escolaridade, de acordo com a idade, com a capacidade de entendimento, que também é diferenciado de acordo com cada idade.

Eu penso que cabe à secretária de Estado da Educação discutir isso com os professores e apresentar uma proposta que possa transitar, mas com muita formação, e tem que ser formação continuada. Não é uma palestra, o professor não pode dar uma palestra, sair falando disso, tem que existir todo um processo de compreensão mais elaborado, esse é o meu entendimento.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputada, por enriquecer esse debate.

Há outra questão, deputado Nilson Gonçalves, que infelizmente já está chegando ao estado. No Rio de Janeiro, em São Paulo, é uma triste realidade a ameaça de traficantes a professores que queiram investir nessa seara. Eles dizem: "Se você tem filho, tem filha, cuidado ao abordar essa questão sobre drogas." Essa ameaça já está chegando, temos denúncias em Santa Catarina. Trata-se de um problema cada vez mais complexo, que precisamos enfrentar, sim, com coragem, com seriedade, de um ponto de vista acadêmico, científico, não podemos abrir mão disso, precisamos firmeza para que possamos dar a nossa contribuição nessa batalha, nessa guerra, por uma Santa Catarina e por um país sem drogas.

Eu teria outra temática para abordar, mas cedo o restante do tempo do partido ao deputado Maurício Eskudlark.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ainda ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, pelo tempo restante.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, quero agradecer ao deputado pela partilha do tempo.

Prosseguindo nesse tema, gostaria de dizer que o deputado Nilson Gonçalves conhece muito o problema, até porque atua na área de imprensa especialmente com notícias da área policial.

Deputado Edison Andrino, entre 2000 e 2010, Florianópolis teve mil homicídios. Falando assim é um número gigantesco, era para a sociedade estar em completo pânico, mas fazendo um levantamento, daqueles mil homicídios, à época ainda na chefia da Polícia Civil, descobrimos que mais ou menos 95%, ou seja, 950 daqueles homicídios ocorreram por brigas de quadrilhas, briga de tráfico de drogas, disputa por ponto de drogas. E cinquenta, desses mil homicídios, estavam relacionados a alguma desavença, marido que mata mulher,

crime passional, mas mais ou menos 950 homicídios entre a própria marginalidade. E me preocupava, naquela época, sobre a possibilidade dessa marginalidade toda que já pratica roubo, assalto, unir-se contra a sociedade, porque ali havia um exército de marginais. E hoje, infelizmente, vimos isso quando começou a questão de queimar ônibus, de atacar postos policiais, assim como ocorre no dia a dia de São Paulo.

A população ainda sente como algo distante e acha que se trata de guerra de polícia e bandido, como se o cidadão não tivesse nada a ver com aquilo, apenas sente quando, infelizmente, uma vítima é próxima, é pessoa conhecida.

O governo federal vai ter que adotar medidas drásticas no combate à criminalidade, com leis duras para evitar que o nosso país descaiba para uma guerra social, porque hoje o bandido está matando o policial, que é a última barreira ainda no combate à criminalidade, mas daqui a pouco avisarão que vão entrar em determinado edifício ou residência para fazer um arrastão. Eles vão avisar o cidadão, como já avisam, e aqui disse o deputado Ismael dos Santos, que o professor na escola quando começa a falar do perigo das drogas já recebe um recado, já é ameaçado porque está prejudicando o comércio das drogas.

Então, é preciso que o governo federal tenha consciência da gravidade que a criminalidade representa para o país. Precisamos de uma urgente mudança na legislação penal.

Temos numa cidade de 100 mil habitantes, 50, no máximo 100 marginais, que destroem a cidade com roubos, assaltos, tráficos de drogas, porque a nossa lei muito é mole. E não adianta colocar mais um mil, cinco mil, dez mil policiais, porque com os policiais que temos os autores dos crimes são presos, mas em uma semana, dois meses, já estão na rua novamente. Assim, alguma coisa está errada, e o problema não é a falta de prender, de identificar o autor do crime, mas é que a lei não permite que a Justiça segure o bandido.

Temos que ter mais presídios e manter as pessoas lá. Praticou um crime, tem que ficar preso, mas logo vêm os sociólogos, que falam muito bonito, e dizem que o presídio não recupera ninguém. Claro! Apenas se recupera quem quer. Não existe nenhuma máquina ou prédio que o cara entre bandido e saia santinho! Não inventaram ainda isso. Quem para de fumar é quem quer parar; quem para de traficar é porque quer parar. Não há um presídio recupere ninguém. Presídio tem que servir, hoje, sim, para deixar lá trancafiado, fora da sociedade àquele que tem a índole voltada para a criminalidade.

Então, não adianta vir sociólogo e falar que os presídios não estão recuperando. Presídio não recupera, quem se recupera é a pessoa. É aquele que começa a ler uma bíblia ou vê um exemplo que resolve mudar a sua vida, acreditar em Deus e modificar a sua conduta.

Não conseguimos, às vezes, mudar uma criança, e vamos conseguir mudar um adulto que acha que está acima de tudo? Porque o marginal se acha um ser supremo, poderoso, que nunca será descoberto, e se for, ele sabe que, com a nossa legislação, demorará a ser condenado, e, se for condenado, não ficará na cadeia muito tempo.

Portanto, temos que olhar a criminalidade com outros olhos e livrar a sociedade da criminalidade. E como fazer isso? Quem está envolvido na criminalidade vai para o presídio e fica lá, porque não é um ou dois meses que vai mudar a pessoa. Ou ele entra pela porta da frente bandido e sai pela porta dos fundos um santo? Isso não existe, bandido é bandido! Quer ser bandido, então tem que ficar na cadeia. Lugar de bandido é na cadeia. Quer se recuperar, então se recupera e vai provar com o tempo que quer mudar.

Então, não adianta viver de ilusão, de história. A própria ministra dos Direitos Humanos precisa ser mais realista, porque na

cabeça dela ainda é coisa de direita ou de esquerda a criminalidade. Ela vive num mundo ilógico, que não é o mundo da realidade. O bandido está nas portas das casas assaltando e matando!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, líder do partido, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses. Gostaríamos de destacar nesta tribuna esse grande momento que vive o Brasil em termos de emprego com os dados divulgados nesta semana. E que no mês de fevereiro o Brasil gerou 260 mil novos empregos, ou seja, 111% em relação ao mesmo período do ano passado.

Isso é importante e fundamental, porque uma das coisas mais importantes para o ser humano é o emprego e, consequentemente, para o país também. Nessa esteira de crescimento o nosso estado de Santa Catarina também está em destaque, pois assim como o país gerou um grande número de empregos e criou o maior número de postos de trabalho da sua história, 27.891 empregos com carteira assinada. O nosso estado está na ponta da liderança das vagas no Brasil. O setor que mais abriu vagas no estado de Santa Catarina foi a indústria da transformação.

Com certeza, esse crescimento é um reflexo da confiança que os empresários e o povo brasileiro têm na recuperação do crescimento da economia, mas acredito também que é o reflexo de investimentos em educação profissional acontecida nos últimos anos.

Hoje, no caso de Santa Catarina, vivemos uma realidade em que a cada dez pessoas acima de 15 anos, 7,6% estão trabalhando, e esses números fazem parte dos levantamentos do IBGE. Uma economia diversificada e a vocação para exportação estão entre os fatores que mostram, que ampliam esse cenário. Mas não é somente as indústrias que sustentam esses dados, é importante ressaltar que as micro, as pequenas e as médias empresas, são responsáveis por 60% dos empregos criados aqui no nosso estado. Além disso, temos o agronegócio que tem sua parcela de participação, no caso do oeste; a indústria mecânica, no norte; a indústria têxtil, no vale do Itajaí e o turismo, na região litorânea, setores estão permanentemente em crescimento e expansão.

Diante dessa baixa taxa de desocupação em Santa Catarina, que é de 3%, podemos perceber que o caminho a ser seguido é o investimento em educação profissional. Como principal incentivador citamos mais uma vez o Pronatec que alcança hoje 5,7 milhões de matrículas, sendo 1,7 milhões para cursos técnicos de nível médio que duram até dois anos e quatro milhões para cursos de qualificação profissional oferecidos para trabalhadores mulheres, adultos e jovens que queiram capacitar-se profissionalmente.

Então, o Pronatec vai ajudar muito mais pessoas a mudar da vida, porque até o final do ano chegará a oito milhões de matrículas. Estamos formando técnicos nas mais variadas áreas, como em mecânica, edificações, automação industrial, logística, eletromecânica, eletrotécnica e muitas outras. O Brasil precisa de jovens com boa formação.

Em Santa Catarina o Pronatec também é um grande programa de sucesso. Em 2012 quando foi implantado, havia 22 mil vagas; em 2013, havia 33 mil matrículas. O programa pretende alcançar em 2014 aproximadamente 12 mil alunos em cursos técnicos e 14 mil em cursos de formação inicial e continuada. As aulas acontecem no contrato escolar nas entidades ofertadas como Senai, Senac, Senar, Senad, além do Instituto Federal Catarinense e Instituto Federal de Santa Catarina.

Portanto, queria destacar a importância desse programa federal, o Pronatec, na formação do jovem e também na geração de emprego na manutenção, na ocupação dessas vagas de emprego. Felizmente para nós o mês de fevereiro foi um dos melhores meses de toda história da contagem do emprego. E como eu disse, com 111% a mais de empregos no mesmo período do ano passado mostra e dá perspectiva desta retomada do crescimento em nosso país.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra, por até sete minutos, o Deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, em seu nome quero cumprimentar a todos os srs. deputados e as sras., deputadas.

Eu gostaria de falar sobre o polo têxtil que vem se formando no sul do estado nos últimos anos, e sobre a sua importância como alavanca para o desenvolvimento daquela região.

No último final de semana tivemos na região o lançamento da moda outono/inverno, e por lá passaram cerca de 4.500 pessoas.

Na verdade, o sul do estado vem-se destacando na moda à pronta entrega, de *shoppings* de atacado. É importante ressaltarmos todo o trabalho que vem sendo feito nessa cadeia produtiva, primeiro, nas confecções; depois, nos próprios *shoppings*, com estrutura própria. E precisamos, também, ressaltar os *shoppings* recém-inaugurados. O *Shopping Prime*, no município de São João do Sul; no município de Sombrio, *Litoral Sul Shopping Atacadista*, no município de Araranguá, o *Shopping Aravest*; no município de Maracajá, o *Portal Shopping*; e o *Tubarão Atacado da Confecção*, que fica na cidade de Criciúma.

Então, numa faixa de, aproximadamente de 40km temos cinco *shoppings* atacadistas que movimentam muito a nossa economia e que são acompanhados de importantes empreendimentos na área do varejo, como o Super Center Japonês, que é um shopping com várias lojas e o Center Fábricas, que é um *shopping* de venda direta da fábrica ao consumidor em Araranguá, com várias lojas, que vem se reestruturando, bem como o Pórtico, na cidade de Criciúma.

Estes conjuntos de *shoppings* dão retaguarda para uma infinidade de confecções da indústria da confecção, da moda do sul do estado, que atrai para cá lojistas de todo o Rio Grande do Sul, parte do Paraná e de Santa Catarina, que movimentou e criou uma nova cadeia produtiva no sul do estado e tem servido, sem dúvida nenhuma, para garantir o emprego de milhares e milhares de profissionais. E o bacana é que a moda e a nossa qualidade estão evoluindo muito. Não raro outras empresas do setor tem-se instalado na região. Hoje o sul de Santa Catarina também se tornou um polo da moda no Brasil. Já temos hoje filiais desses *shoppings* em outras regiões, como São Paulo, que vem gerando empregos aqui em Santa Catarina e exportando moda para todo o Brasil. Isso é um fato relevante que orgulha a todos nós.

Nós estivemos à frente da prefeitura do município de Sombrio entre o ano de 2000 a 2008, e por lá criamos, em parceria com os empresários, uma série de atividades para desenvolver o nosso município que na época saía de uma crise no setor calçadista e que, através da indústria da confecção, começou um novo trabalho que hoje tem dado bons frutos para o sul do estado. E no último final de semana, o lançamento dessa moda movimentou toda a região. São lojistas que chegam através de excursões e ali fazem suas compras e depois retornam às suas cidades de origem levando o produto, fruto da criatividade e do trabalho de uma série de pessoas.

Mas é preciso homenagear o talento das nossas indústrias, das pessoas que trabalham lá, dos nossos estilistas, das nossas costureiras, e também o empreendedorismo dos nossos empresários, que criaram, através do seu trabalho, um novo nicho econômico que têm rendido, não apenas novos postos de trabalho, mas uma cadeia que agrega de Tubarão ao município de São João do Sul, gerando milhares e milhares de empregos e aquecendo a nossa economia exportando para outros estados da federação a moda criada no sul do estado.

Hoje temos grandes confecções na região de Criciúma e Sombrio que já não estão mais nesse setor, partem direto para a venda aos lojistas do Brasil inteiro e exportam para alguns países da América do Sul, o que orgulha a todos nós.

Deputado Padre Pedro Baldissera, sabemos que os municípios de Brusque e Gaspar e outras regiões já têm tradição, praticamente centenária, nessa área, mas é preciso criarmos em Santa Catarina um sistema tributário mais justo para esse segmento, para que o trabalhador e o empresário possam ter um tratamento diferenciado, porque esse é um setor que exporta para outras partes do Brasil e temos que estar sempre, além do preparo da mão-de-obra e do preparo das profissionais, atentos ao tratamento tributário diferenciado para tornar competitivo esse segmento, que é uma marca de Santa Catarina, em princípio, do vale do Itajaí, que agora também se estende para o sul do estado, que é responsável pela geração de muitos impostos, mas também de muitos postos de trabalho.

Por isso, ocupo a tribuna no dia de hoje para parabenizar todos os envolvidos com esse setor no sul do estado, nessa cadeia produtiva têxtil, na confecção, mas também aproveito para reivindicar, junto ao governo do estado, um tratamento tributário que volte os olhos da secretaria de Desenvolvimento Econômico para esse setor no sul do estado, criando postos de treinamento, levando incentivo para que o nosso empresário, ainda jovem, possa ter condições de desenvolver o seu negócio também com o apoio do governo do estado. O setor têxtil do sul do estado está reivindicando melhores olhares do governo para esse segmento, bem como também um tratamento tributário diferenciado para continuar desenvolvendo-se nos próximos anos com competitividade e com eficiência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0015/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Motociclismo, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0440/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública o Instituto Educar para Salvar, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0528/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública a Veteran Car Club de Florianópolis, com sede no município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0563/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação Acolher, de Itapema.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0116/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que dispõe sobre a criação do Selo Verde +, para os municípios que tenham, no mínimo, na área urbana, uma árvore para cada cinco habitantes.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno, do Projeto de Lei n. 0339/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que dispõe sobre a atualização da rodovia municipal que liga os municípios de Sul Brasil e Jardinópolis e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0099/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0100/2014 e 0101/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0102/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0166/2014, de autoria do deputado Sandro Silva; 0167/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Srs. deputados, sras. deputadas, sobre a mesa requerimento de autoria do deputado José Milton Scheffer, com assinaturas de vários líderes desta Casa, pedindo a suspensão da presente sessão, de acordo com o que prescreve o Regimento Interno.

Esta Presidência, neste momento, suspende a sessão, para que a coordenação dos Vereadores Mirins do município de Gaspar possa usar a tribuna para discorrer sobre o programa e a importância da participação política dos jovens vereadores mirins do município de Gaspar.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, peço a sua autorização, se fosse possível, para a entrada no plenário de 12 crianças jovens de Gaspar, que gostariam de assistir o pronunciamento do vereador mirim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - V.Exa. está repleto de razão, e estamos permitindo que esses jovens adentrem ao Plenário e participem do pronunciamento do vereador mirim.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvinte da Rádio Alecs Digital, público presente, quero parabenizar os vereadores mirins de Gaspar e o deputado José Milton Scheffer pela iniciativa e importância desse trabalho e dizer que quicá pudéssemos aprender todas as lições da boa cartilha dos vereadores mirins de Gaspar, ainda mais agora que estamos entrando num período eleitoral. Seria bom que todos nós pudéssemos, mesmo não sendo adolescentes, seguir essa cartilha, para o conjunto da sociedade catarinense e para a política.

Parabenizo aos jovens, ao deputado José Milton Scheffer pela iniciativa, e a v.exa., deputado Padre Pedro Baldissera, por suas observações.

Quero informar que na sessão de hoje à tarde, na sessão ordinária, irei falar sobre um assunto bastante palpitante atualmente no estado, que é a Ponte Hercílio Luz, sobre os recursos milionários que escoam dos cofres públicos para determinadas empresas de forma continuada. Eu iria fazer esse pronunciamento agora, mas até para buscar melhores dados, falarei à tarde.

Mas agora quero iniciar fazendo uma observação, deputado Padre Pedro Baldissera, a respeito de uma nota publicada no *Diário Oficial* n. 19.759, do dia 14 de fevereiro deste ano. Diz a nota que o governo do estado, através da Fundação Catarinense de Esporte, a Fesporte, gastou R\$ 3,9 milhões e uns quebrados naquele evento que aconteceu em Florianópolis no mês passado, no Costão do Santinho, o Congresso Técnico da Fifa.

Incrível é como essas informações só são vistas no *Diário Oficial*. Por que será que não saiu nos meios de comunicação a informação de que naquele evento o governo colocou quase R\$ 4 milhões? E quem recebeu esse dinheiro? Quem recebeu foi a empresa Costão Operadora de Turismo Ltda., pela qual responde Guilherme e Lucas Marcondes de Mattos.

Srs. deputados, foram R\$ 3,9 milhões e pergunto: teria o estado de Santa Catarina arcado com os custos de todas as pessoas que se hospedaram no hotel Costão do Santinho, durante o evento? Teria o governo do estado arcado com todos os gastos de passagens aéreas e terrestres para todos os

participantes daquele congresso da Fifa? Ou esses quase R\$ 4 milhões foram gastos ainda para outros trabalhos? Porque é possível imaginar que os diretores da Fifa pagaram suas passagens e sua estadia no hotel Costão do Santinho.

Onde foram gastos esses quase R\$ 4 milhões, com a empresa vinculada, inclusive pelo sobrenome, ao próprio hotel Costão do Santinho? Então, a sociedade precisa saber disso. E, aliás, outras, diversas operações financeiras do estado, financiando eventos de interesse privado com setores da sociedade cujos arautos vêm a toda hora nos meios de comunicação, desculpem a expressão, arrotar moralidade.

Mas, temos que falar sobre essas questões desta tribuna, porque é também nossa obrigação constitucional. O estado de Santa Catarina, o poder público de Santa Catarina, com dinheiro público, do erário, através da Fesporte, gastou quase R\$ 4 milhões no Congresso Técnico da Fifa, num contrato com uma empresa de propriedade, de controle da **família Marcondes de Matos**.

Ainda neste pronunciamento quero falar da conferência do Partido Socialismo e Liberdade que aconteceu no último domingo na capital, que deliberou que o candidato do PSOL ao governo do estado será o companheiro Afrânio Boppré.

Todos sabem que desde outubro do ano passado, quando me filiei ao PSOL, tinha colocado o meu nome como pré-candidato ao governo do estado e que isso estava aberto, em discussão, até a conferência do partido que seria, como foi, agora no mês de março. Então, a definição foi dada e o candidato do PSOL ao governo do estado será Afrânio Boppré.

É preciso dizer, desde já, e nem poderia ser diferente, que ele tem o nosso apoio, o nosso respaldo ou apoio e respaldo deste parlamentar. Afrânio Boppré tem uma história de no mínimo 30 anos de lutas sociais no estado de Santa Catarina e na Grande Florianópolis; foi vice-prefeito desta capital na gestão de Sérgio Grandio como prefeito; em 1996 perdeu a eleição desta cidade capital para prefeito por 4%; foi deputado estadual e desta tribuna defendeu muitas vezes os interesses das bases da classe trabalhadora catarinense e atualmente é vereador em Florianópolis.

Portanto, tem toda uma trajetória, uma história de coerência e compromisso que não poderia ser diferente. Por que estou falando isso? Porque as pessoas às vezes imaginam que o fato de o PSOL não ter definido que o candidato ao governo fosse eu, deputado, que estou falando a v.exas., possa ficar com ciúmes, com sentimento de que não foram cordiais comigo, e não é este o fato. Foram coerentes com a tradição, com a intenção de construção partidária.

Nós achávamos que o nosso nome poderia, em alguns setores da sociedade, ampliar mais. Achávamos e argumentávamos, mas respeitamos a posição do partido, do

ponto de vista da sua construção, que é também coerente.

O PSOL, como já vinha fazendo desde o ano passado, desde a discussão que levou à minha filiação a este partido, havia sugerido, proposto que eu sísse candidato ao Senado. Nós não refletimos a respeito disso porque estávamos debatendo e trabalhando na perspectiva da candidatura ao governo, se fosse para eu ser candidato. Agora, definida a questão da candidatura ao governo, estamos refletindo com setores de base, com camaradas, com companheiros qual o caminho a seguir. Como já anunciei, inclusive nesta tribuna, não serei candidato a deputado nem à reeleição de deputado estadual e também não serei candidato a deputado federal.

A discussão que estamos fazendo e iremos fazer nas próximas semanas será se aceitaremos ou não a candidatura ao Senado pelo PSOL, evidentemente.

Então, estamos nesta discussão, pedimos o apoio, a colaboração e a opinião de todos os companheiros que quiserem participar dessa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Srs. deputados, o nosso horário vai até as 12h. Nós temos, portanto, seis minutos de sessão. Então, consulto o deputado Serafim Venzon, que está ainda inscrito, se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sim, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, hoje a sessão está muito concorrida, mas fico satisfeito com cinco minutos, que serão suficientes para eu, primeiramente, cumprimentar o dr. Rodrigo Miranda, que é diretor técnico do Hospital Florianópolis, que atualmente administra aquele hospital e quer, através do novo tipo de administração daquela organização social, corrigir alguns entraves que acontecem, infelizmente, dentro da gestão do SUS.

Quero também parabenizar o jornal *ANotícia*, que é o único jornal que traz, periodicamente, o levantamento da situação da saúde, e que na semana passada publicou que somente Joinville, numa região em que há o Hospital Regional São José e outros hospitais públicos, atende 31 municípios da região norte, inclusive do planalto norte, que é referência em Joinville. A fila lá é de 109 mil pacientes que aguardam por procedimentos especializados. Destaco que o problema maior na questão do SUS não é o primeiro atendimento, o atendimento básico, aliás, o Programa Mais Médicos vem-se somar a um serviço que já está andando muito bem, que são os postos de saúde, as prefeituras, que estão realizando um

bom atendimento, o grande problema é depois do atendimento básico.

A mulher que recebe o diagnóstico de um câncer de colo uterino e procura a especialidade, entra numa fila sem data para ser chamada. Quantos *CA in situ* do colo uterino poderiam ser resolvidos, ser evitados de se transformar em um câncer grande e levar a paciente a óbito se fosse feito a tempo? Então, o atendimento básico já está acontecendo razoavelmente bem, porque é feito pelas prefeituras. O que não funciona é justamente a resolução. Depois que o paciente sabe o que tem e vai tratar não consegue, porque essa parte do tratamento é que não está acontecendo. Por isso a fila em Joinville é de 109 mil para 31 municípios.

Se fizéssemos uma analogia no estado de Santa Catarina, que tem 295 municípios, veríamos que há pelo menos oito ou dez regionais como Joinville, e havendo essas regionais, podemos dizer que a fila de pacientes esperando está perto de um milhão de pessoas. A diferença é que as regiões de Araranguá e Criciúma não publicam no jornal como o jornal *A Notícia*. Os jornais de Florianópolis não publicam a fila que há aqui, assim como em Blumenau, Lages, Chapecó, São Miguel d'Oeste e de Joaçaba.

Mas, com certeza, se imaginarmos uma fila de pacientes esperando por atendimento, daria uma distância domo daqui, deputado Maurício Eskudlark, até São Miguel d'Oeste, e talvez entrasse na Argentina pelo número de pacientes que estava aguardando tratamento.

Mas hoje me chamou a atenção quanto ao fato de que está sendo feito um acordo entre a Saúde e o Ministério Público com relação à publicação da listagem dos pacientes que estão aguardando. E essa listagem que de certa maneira o Ministério Público quer colocar, e a intenção é boa, porque com isso quer divulgar que a fila está diminuindo, mas não podemos incorrer ao erro de que esses pacientes têm que seguir essa ordem.

Então, os pacientes que estão nessa fila, se eles tiverem que ser atendidos na ordem, as pessoas de Joinville não poderão ser atendidas em Blumenau, em Florianópolis, em Brusque ou em qualquer outro lugar.

Assim sendo, de início a listagem e a sequência do atendimento daquela ordem pode parecer boa, mas na prática, infelizmente, vai acabar prejudicando ainda mais o atendimento daqueles pacientes que são carentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos e não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 15 DE ABRIL DE 2014.

Às nove horas do dia 15 de abril do ano de dois mil e quatorze, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Ana Paula Lima, Jean Kuhlmann, José Nei Ascari, Mauro de Nadal, Narcizo Parisotto, Neodi Saretta, Silvio Dreveck e o Dep. Valdir Cobalchini, substituindo o Dep. Aldo Schneider. O **Deputado Narcizo Parisotto** relatou o Projeto de Lei nº 0078.1/2014 exarou requerimento pela

realização de diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; exarou o voto vista ao Projeto de Lei nº 0039.5/2014, apresentando voto favorável ao projeto original que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; exarou voto vista ao Projeto de Lei nº 0495.3/2011 exarou parecer pela rejeição da matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** relatou o Projeto de Lei nº 0541.3/2013 exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Jean Kuhlmann** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0014.2/2013 exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0015.8/2013 exarou parecer favorável com Emenda Modificativa Anexa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por

unanimidade. O **Deputado José Nei Ascari** exarou voto vista favorável ao Projeto de Lei nº 0014.7/2013, concordando com o voto vista exarado pela Dep. Ana Paula Lima, com Emenda Modificativa, que posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete ao Dep. Aldo Schneider; o Projeto de Lei nº 0071.5/2014 exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Valdir Cobalchini** relatou o Projeto de Lei nº 0087.2/2014 exarou parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0037.3/2014 exarou parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0055.5/2014 exarou parecer pelo apensamento ao Projeto de Lei nº 0048.6/2011 e Projeto de Lei nº 0068.0/2011 que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0347.3/2013 exarou requerimento pela realização de diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0003.0/2014 exarou parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0041.5/2013 exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi cedido vista em mesa para o Dep. Neodi Saretta. O **Deputado Neodi Saretta** exarou o voto vista ao Projeto de Lei nº 0041.5/2013 apresentando parecer favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0524.2/2013, exarou parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0032.9/2014 exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei nº 0043.1/2014 exarou parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto Lei nº 0102.6/2013 exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0040.9/2014 exarou parecer pela rejeição, com voto vista contrário da deputada Ana Paula Lima e deputado Neodi Saretta, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2014.

Deputado Marcos Vieira

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia oito de abril do ano de dois mil e quatorze, sob a presidência do Deputado Mauro de Nadal, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Segunda Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Quarta Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Mauro de Nadal, Angela Albino, José Milton Scheffer - substituindo o Deputado Silvio Dreveck, Deputado Aldo Schneider - substituindo o Deputado Edison Andriño; Ismael dos Santos - substituindo o Deputado Darci de Matos e Dirceu Dreschi. Passou à discussão e votação da Medida Provisória nº 00193/2014, que fixa valores de vencimentos dos membros do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências. Relator Deputado Mauro de Nadal. Aprovado, por maioria o voto do Relator. PLC/0005.1/14. Relator Deputado Mauro de Nadal e os PL's nºs 0048.6/2014 - com emenda modificativa. Relatora Deputada Angela Albino e 0597.8/2013. Relator Deputado Mauro de Nadal. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade. Ofícios nº 0308.3/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch. Aprovado, por unanimidade, o parecer pelo diligenciamento; 0334.5/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch. Aprovado o parecer, por unanimidade. O Presidente registrou a presença do Presidente e os Praças da APRASC - Associação dos Praças do Estado de Santa Catarina e antes de encerrar os trabalhos convocou os Senhores Deputados, nos termos regimentais, para a próxima reunião da Comissão - em dia e hora regimentais. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, oito de abril de dois mil e quatorze.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014 - 2ª REPUBLICAÇÃO

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROCEDER A REAMBIENTAÇÃO DA FACHADA EXTERNA NO HALL DE ENTRADA NO PALÁCIO BARRIGA VERDE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS EM ESTRUTURA DE DIVISÓRIA EM LÂMINA DE MADEIRA JÁ EXISTENTE.**

DATA: 06/05/2014 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 06 de maio de 2014. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 22 de abril de 2014.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014

OBJETO: **LOCAÇÃO DE ÔNIBUS EXECUTIVO E LEITO, MICRO-ÔNIBUS E CAMINHÃO BAÚ, POR DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ALESC.**

DATA: 05/05/2014 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 13 de maio de 2014. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 23 de abril de 2014.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO - REP

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 518/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 003/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROCEDER A REAMBIENTAÇÃO DA FACHADA EXTERNA NO HALL DE ENTRADA NO PALÁCIO BARRIGA VERDE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS EM ESTRUTURA DE DIVISÓRIA EM LÂMINA DE MADEIRA JÁ EXISTENTE.**

Restou fracassada

Florianópolis, 22 de abril de 2014

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

RERRATIFICAÇÃO

Diante de lapso de publicação, ao Extrato nº 043/2014 publicado dia 31/03/2014 no Diário da Assembleia nº 6.672, página 14, onde se lê "**28 de fevereiro de 2014**", **leia-se:** 28 de março de 2014, celebrado em 26/06/2014.

Florianópolis, 22 de abril de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em Exercício da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 054/2014

REFERENTE: 03º Termo Aditivo de 28/02/2014, referente ao Contrato CL nº 006/2012 celebrado em 02/03/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Trueit Comércio de Produtos e Suprimentos de Informática Ltda.

OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 006/2012-00 para o período compreendido entre 01/03/2014 e 28/02/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, IV, "d" da Lei nº 8.666/93; Itens 4.1 e 8.1 das Cláusulas Quarta e Oitava, respectivamente, do Contrato original e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 22 de abril de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em Exercício da ALESC

Ewerton Luis Alves - Sócio

*** X X X ***

EXTRATO Nº 055/2014

REFERENTE: 15º Termo Aditivo de 11/04/2014, referente ao Contrato CL nº 041/2009, celebrado em 18/12/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.

OBJETO: Com base nas reivindicações da Contratada e a devida autorização administrativa, têm por finalidade reajustar o valor contratual com base na variação do IGPM/FGV ocorrida no período compreendido entre 1º fevereiro/2013 e 31 janeiro/2014, que foi de 5,67% exclusivamente sobre o montante "B" e reflexos no montante "C", representando um acréscimo mensal de R\$ 13.802,65.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93; Item 3.4.1 da Cláusula Terceira do Contrato original; Item 13.2.1 do Edital de Concorrência 002/2009 e; Autorização administrativa.

Florianópolis, 22 de abril de 2014.

Deputado Joares Ponticelli - Presidente em Exercício da ALESC

Luz Hermes Bordin - Diretor

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 064/14

Ofício 05/2014 São Miguel do Oeste, 08 de abril de 2014
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Extremo Oeste de Santa Catarina, de São Miguel do Oeste, referente ao exercício de 2013.

Jaime José Pretto

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/04/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 065/14

OF/ESC Nº 94 Anita Garibaldi, 17 de abril de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Anita Garibaldi, referente ao exercício de 2013.

Rosane de Fátima Rodrigues

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/04/14

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 107.0/2014

Torna obrigatória a divulgação dos números dos telefones e respectivos endereços do PROCON nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, inclusive os oficiais, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É obrigatória a divulgação, nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, inclusive os oficiais, em local visível, de forma clara e precisa, dos números dos telefones e respectivos endereços do PROCON do município ou do Estado.

Art. 2º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ada Faraco de Luca

Lido no Expediente

Sessão de 22/04/14

*** X X X ***

JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa legislativa visa à proteção dos direitos do consumidor catarinense, especialmente no momento em que ele se

encontra em um estabelecimento para adquirir produtos ou serviços e necessita de orientações ou de apresentar reclamações relativas ao consumo.

Dessa forma, a presente proposição tem o intuito de compelir aqueles estabelecimentos, inclusive os de natureza oficial, a divulgar, em lugar visível e de forma clara e precisa, o endereço e os números dos telefones do PROCON municipal ou do PROCON/SC. Com isso, o consumidor terá imediato acesso às informações e sentir-se-á protegido pela lei.

A proposição encontra-se consentânea com os direitos básicos do consumidor, previstos no art. 6º do Código de Defesa do Consumidor.

Por ser assunto de interesse da sociedade catarinense, peço o apoio dos Nobres Parlamentares para aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputada Ada Faraco de Luca

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 108.1/2014

Denomina Rodovia Pedro Bittencourt o trecho compreendido entre o entroncamento da SC-436 (para São Martinho) - Pescaria Brava ao entroncamento BR-101, no Município de Imaruí.

Art. 1º Fica denominado Rodovia Pedro Bittencourt o trecho compreendido entre o entroncamento da SC-436 (para São Martinho) - Pescaria Brava ao entroncamento BR-101, no Município de Imaruí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Altair Guidi

Lido no Expediente

Sessão de 22/04/14

JUSTIFICATIVA

Pedro Bittencourt nasceu em 26 de abril de 1898, no Município de Imaruí, era filho de Esaú Luis Bittencourt e Arminda Coelho dos Santos. Ainda muito jovem, foi morar com sua tia Amélia, na cidade de Jaguaruna, onde cursou a escola primária. Nesta mesma época, trabalhou nas obras de construção da estrada de ferro Dona Thereza Christina e, ao completar 18 anos, mudou-se para Porto Alegre, passando a trabalhar em um armazém.

No ano de 1923 passou a frequentar as reuniões e ingressou nas fileiras do partido de Assis Brasil, comandante, à época, da campanha libertadora, tendo participado dos embates revolucionários no Rio Grande. Com a derrota da revolução, retornou a Jaguaruna, para trabalhar com Carlos Brasil, como tropeiro. Em 30 de janeiro de 1926, casou-se com Margarida Matos, filha de tradicional líder político de Imaruí.

Libertador de primeira hora, e com a revolução já vitoriosa, foi ao encontro das tropas revolucionárias. Em 6 de outubro de 1930 foi nomeado interventor no Município, por ato do General Ptolomeu de Assis Brasil. Teve seu posto ratificado pelas urnas nas eleições constitucionais do ano de 1936, quando, em 9 de abril, assumiu em caráter constitucional o cargo de Prefeito Municipal, passando a construir carreira política e lide rança invejáveis.

Em 1937, com o advento do Estado Novo, estabeleceu relação de companheirismo e amizade com o então interventor federal, Nereu Ramos, de quem mereceu o apoio para continuar à frente do comando municipal, mantendo-se no cargo até 1945. No início de seu mandato, procurou firmar, com os auspícios do Governo Central, em que tinha muitos amigos, um ritmo administrativo que alavancou o progresso da pequena cidade.

Entre suas realizações neste período estão a criação de três escolas de ensino médio e a concretização da ligação entre Imaruí e Laguna, atual SC-437.

Em 1945, com o advento da redemocratização, filiou-se ao PSD, Partido Democrático Social, comandado por Nereu Ramos. Em 29 de outubro, com o golpe de Estado, pediu exoneração do cargo, aguardando para disputar as eleições de 2 de dezembro, em que se saiu vitorioso. Sendo o Governo Estadual contrário à sua posse, foi decretada a intervenção no Município, o que perdurou até a posse do Interventor Estadual, Udo Deeke, que lhe restituiu o cargo conquistado nas urnas.

Afastou-se, novamente, em 1947 para disputar as eleições Municipais, vencendo com noventa por cento de apoio do eleitorado e elegendo todos os vereadores para a Câmara Municipal.

Nos anos em que permaneceu no comando da municipalidade, construiu estradas cortando todo o Município, ergueu 42 escolas estaduais e oito escolas municipais, além de construir um hospital bem equipado. Mais do que as obras que realizou, Pedro Bittencourt constituiu-se numa legenda da política catarinense, deixando um exemplo de fidelidade política perpetuado por seus filhos e netos, falecendo aos 83 anos, em 24 de julho de 1981.

Assim, por entender que Pedro Bittencourt foi uma personalidade em evidência, que se dedicou ao seu Município,

proponho o presente Projeto de Lei, como forma de prestar esta homenagem do Parlamento Catarinense, denominando "Rodovia Pedro Bittencourt" o trecho compreendido entre o entroncamento com a SC-436 (para São Martinho) - Pescaria Brava ao entroncamento BR-101, no Município de Imaruí.

Deputado Altair Guidi

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 109.2/2014

Denomina Rodovia Nasareno Domiciano da Rosa o trecho compreendido entre o Município de Rio Rufino e o Município de Urupema (entroncamento SC-370).

Art. 1º Fica denominado Rodovia Nasareno Domiciano da Rosa o trecho compreendido entre o Município de Rio Rufino e o Município de Urupema (entroncamento SC-370).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Altair Guidi

Lido no Expediente

Sessão de 22/04/14

JUSTIFICATIVA

Nasareno Domiciano da Rosa nasceu em 09 de julho de 1957, no Município de São Joaquim, oriundo de uma família tradicional e política daquele Município, dedicou-se profissionalmente ao comércio de automóveis usados.

Seguiu a linha de atuação política, sendo eleito vereador no período de 1997 a 2000, e Presidente da Câmara no ano de 2000. Em 2013 retornou ao Legislativo municipal, ocupando uma cadeira do PPS e, neste ano de 2014, assumiu a presidência.

Neste breve período do seu segundo mandato, demonstrou grande contentamento por ter conseguido sensibilizar o Governador do Estado para contribuir com a APAE de São Joaquim, o qual destinou recursos para aquisição de um micro-ônibus adaptado para pessoas com deficiência.

Foi agraciado com o Título de Cidadão Joaquinense em Sessão Solene, pois era considerado um homem dedicado a seus filhos. Sendo assim, pode-se dizer que o povo joaquinense perdeu uma forte liderança.

Assim, por entender que Nasareno Domiciano da Rosa foi uma personalidade em evidência, que se dedicou ao seu Município, proponho o presente Projeto de Lei, como forma de prestar esta homenagem do Parlamento Catarinense, denominando "Rodovia Nasareno Domiciano da Rosa" o trecho compreendido entre o Município de Rio Rufino e o Município de Urupema (entroncamento SC-370).

Deputado Altair Guidi

*** X X X ***

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 002.0/2014

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO RQS/0331.6/2014

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no § 3º do artigo 47 da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o artigo 41 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, REQUEREM a constituição de COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, composta por cinco (05) Membros, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, a fim de apurar como fato determinado "a aquisição através de dispensa de licitação de um prédio comercial a ser construído na Rua Bocaiúva nº 1792, Centro, Florianópolis-SC., pelo valor de R\$ 123.419.930,00 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e noventa mil, novecentos e trinta reais)" por parte do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, conforme a justificativa que segue anexo ao presente requerimento.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Edson Andrino
Deputado Padre Pedro Baldissera
Deputado Neodi Saretta
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputada Luciane Carminatti
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Renato Hinnig
Deputado Antonio Aguiar
Deputado Manoel Mota
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Aldo Schneider
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Romildo Titon

JUSTIFICATIVA

Consoante doutrina clássica e do entendimento jurisprudencial, para a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, far-se-á necessário a definição, de forma clara e inequívoca, do fato determinado que visam apurar.

Desta forma, os Deputados que subscrevem o presente requerimento de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para apurar como fato determinado "a aquisição de um prédio comercial a ser construído na Rua Bocaiúva n. 1792, Centro, Florianópolis-SC., pelo valor de R\$ 123.419.930,00 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e noventa mil, novecentos e trinta reais)", por parte do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Insta ressaltar que os Deputados que subscrevem o requerimento reconhecem a importância do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, como um órgão de Estado, que atua na defesa da ordem jurídica e fiscaliza o cumprimento da legislação, porém, o MP/SC vem sendo, ao longo dos últimos meses, objeto de denúncias seríssimas no sentido de descumprimento das normativas vigentes no tocante a aquisição de imóvel na cidade de Florianópolis-SC.

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina adquiriu, em 17 de dezembro de 2013, um edifício comercial a ser, ainda, construído no Rua Bocaiúva n.1792, Centro, Florianópolis-SC., pelo valor de R\$ 123.419.930,00 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e noventa mil, novecentos e trinta reais), junto a empresa Becker Construção Civil Ltda.

Segundo consta do processo licitatório nº 2013/023826, fornecido pelo próprio Ministério Público do Estado de Santa Catarina por força de requerimento do Dep. Jailson Lima - PT, com fulcro na Lei da Transparência, a empresa Becker Construção Civil Ltda, proprietária do terreno de 2.365,00 m² (dois mil trezentos e sessenta e cinco metros quadrados) situado na Rua Bocaiúva n. 1792, em Florianópolis-SC, ofertou o terreno, acrescido do restauro do imóvel tombado que situa-se no mesmo, além do construção de uma torre com 22 (vinte e dois) andares, totalizando área construída ao final com 20.974,67 m² (vinte mil novecentos e setenta e quatro metros quadrados e sessenta e sete centímetros quadrados).

A oferta foi datada de 18 de novembro de 2013, ao custo total do imóvel, sendo que o valor, astronômico R\$ 123.419.930,00 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e noventa mil, novecentos e trinta reais), deveria ser pago em apenas 4 (quatro) parcelas, a primeira, no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) antes mesmo de ser edificado no local um metro quadrado, ou seja, já mês de dezembro/2013, conforme consta às fls 12 do procedimento licitatório no modalidade de dispensa de licitação.

a) Da discrepância entre as avaliações constantes no processo e do custo do obra declarado pelo próprio empreiteiro

Acontece, que a empresa Becker Construção Civil Ltda adquiriu o imóvel de diversos herdeiros ao longo de 2013, conforme demonstra a matrícula 477 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis, juntado às fls. 111/117 do processo licitatório, ao custo total de R\$ 10.440.000,00 (dez milhões quatrocentos e quarenta mil reais).

Compulsando os autos do processo licitatório, às fls. 153/154 dos autos, no denominado "quadro III - Avaliação do Custo Global da Obra por m² da Construção Civil", formulado para arquivo no Registro de Imóveis para a incorporação, consta a quantia de R\$ 25.359.413,30 (vinte e cinco milhões trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e treze reais e trinta centavos).

Caso somados os valores declarados no aquisição do terra (R\$ 10.440.000,00) mais o custo de edificação do imóvel (R\$ 25.359.413,30), totaliza a quantia de R\$ 35.799.413,30 (trinta e cinco milhões setecentos e noventa e nove mil quatrocentos e treze reais e trinta centavos), e mesmo que somado com a parcela de lucro que a Construtora viesse a auferir, ainda ficaria muito abaixo do valor adquirido, que ultrapassa a uma centena de milhões de reais de dinheiro do erário público.

Todavia, o nebuloso procedimento licitatório no modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO, formulado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina limitou-se a contratar os avaliadores Pedro Paulo Soares Ramos, com laudo às fls. 47/73, que avaliou em R\$ 126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões), e Sr. Luis Paulo Averbeck/Silva Engenharia, com laudo às fls. 74/271, que avaliou como valor mínimo a quantia de R\$ 106.513.641,49 (cento e seis milhões quinhentos e treze mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e nove reais), conforme consta às fls. 104 do procedimento de dispensa de licitação.

A empresa que vendeu o imóvel, ou seja, a Becker Construção Civil Ltda, limitou-se a apresentar avaliação de quatro corretores de imóveis, que não foram efetuadas dentro da metodologia prevista pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e sem que sequer o imóvel estivesse, como ainda não está, construído, conforme os laudos apresentados às fls. 272 a 278, com valores muito acima do mercado.

Mesmo a empresa Becker Construção Civil Ltda tendo declarado ao longo do ano de 2013 que adquiriu o terreno de diversos proprietários, com custo total de R\$ 10.440.000,00 (dez milhões quatrocentos e quarenta mil reais), a empresa e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, sem nenhum embasamento técnico, conforme acima exposto, declararam perante o 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis, em 16 de dezembro de 2013, que o mesmo estaria avaliado em R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais).

Vale ressaltar ainda que esta superavaliação do terreno, no auto-declaração da empresa e Ministério Público do Estado de Santa Catarina realizada junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis, possibilitou a hipoteca para o pagamento, por parte do Ministério Público, da primeira parcela milionária do negócio.

b) Do possível descumprimento da Lei de Licitações e Contratos

A Lei 8.666/93, também conhecida como Lei de Licitações e Contratos, prevê em seu artigo 7º, parágrafo 2º, inciso II, que as obras e serviços somente podem ser licitados quando existir orçamento detalhado. Vejamos:

Art. 7º [...]

...

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório:

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários:

Por mais que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina possa defender, no presente caso, a viabilidade da dispensa de licitação, essa modalidade (dispensa) é um procedimento licitatório, de obra, pois o edifício ainda será edificado, e portanto, está afeta a regra contida no artigo 7º, parágrafo 2º da Lei 8.666/93.

Por fim, o § 9º do artigo 7º da Lei 8.666/93, prevê expressamente que **"o disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação"**.

c) Do possível irregularidade na escolha da modalidade licitatória

A licitação é obrigação incluída na esfera constitucional, sendo prevista no art. 37, XXI, para execução de obras, serviços, compras e alienações. Essa obrigação carrega em si tamanha importância que boa parte da doutrina eleva à categoria de princípio da administração pública.

Mesmo decorrendo de obrigação constitucional, a própria Carta Magna, deixou a cargo de legislação ordinária prever casos excepcionais onde a licitação não seria uma obrigação. A legislação que prevê os casos onde não são necessárias, bem como os casos em que são aplicáveis as regras licitatórias, é a Lei 8.666/93.

A referida lei deve ser observada nas esferas federal, estaduais e municipais, no Distrito Federal, tanto pelos órgãos da administração direta, nos fundos especiais, nas autarquias, nas fundações públicas, nas empresas públicas, nas sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente por uma das três esferas do poder.

Neste sentido Odete Medauar destaca que "A Administração não pode contratar livremente, porque deve ser atendido o princípio da igualdade de todos para contratar com a Administração e a moralidade administrativa, sobretudo." Deste modo, o procedimento licitatório visa garantir a lisura das contratações entre a Administração Pública e particulares.

Vale salientar que o artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93, com a alteração da Lei Lei nº 8.883, de 1994, prevê:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia:

Portanto, a aquisição do imóvel, na forma como atualmente se encontra, ou seja, terreno de 2.365,00 m² (dois mil trezentos e sessenta e cinco metros quadrados) situado na rua Bocaiúva n. 1792, em Florianópolis-SC, até poderia ser adquirido por dispensa de licitação, já que, fica ao lado do atual sede do Ministério Público de Santa Catarina, poderia facilitar a junção das duas áreas.

Neste ponto, vale salientar, que pequenas distâncias entre a sede principal do órgão e a sede complementar, não justifica, por si só a dispensa de licitação. A própria Assembleia Legislativa de Santa Catarina possui sede em locais próximos, mas não limitrofos.

Recentemente, o Tribunal Regional do Trabalho do 12º Região, situado no Rua Esteves Junior, nesta cidade de Florianópolis, ocupou duas novas sedes, sendo uma na Rua Bocaiúva e outra no Avenida Rio Branco.

Porém, efetuada esta ressalva, constata-se que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, dispensou licitação para a compra do terreno ao lado de sua sede, que assim poderia ter realizado, desde que fundamentado em três aspectos a considerar: a finalidade precípua da Administração, a seleção do local do imóvel e o valor contratual.

Todavia, não só poderia, mas como DEVERIA, ter formulado o projeto básico, planilha de custo, aprovação dos projetos, para posterior PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRÉ-QUALIFICADA, NA MELHOR PROPOSTA, para a construção do edificação em si.

Mas não, entendeu por realizar na forma do chamada operação *builttosuit* ou *build tosuit* ("construída para servir" ou "construir para servir"), que no Brasil é conhecida, não por outras razões, como "locação sob medida", "locação sob encomenda" ou "locação com obrigação de fazer".

Conforme consta no acórdão TC 046.489/2012-6 do Tribunal de Contas da União, em consulta formulada pelo Conselho Superior do Trabalho, a **"operação ou contrato builttosuit constitui-se em instrumento utilizado pelo mercado imobiliário, comumente adotado pelo setor industrial e de varejo, na Europa e nos Estados Unidos e, de forma mais recente, no Brasil."**

No citado acórdão ainda consta:

A utilização dessa operação se deu a partir da necessidade, observada pelas empresas, de restringir a alocação de recursos na imobilização de ativos fixos, uma vez que isso compromete parcelas, por vezes, significativas do fluxo de caixa operacional em atividades não diretamente vinculadas à atividade finalística da entidade.

Em apertada síntese, pode-se dizer que a operação builttosuit consiste na locação de um imóvel construído pelo futuro locador conforme especificações pré-definidas pelo futuro locatário.

Vale salientar que o entendimento das Cortes de Contas Brasileiras, é que a dispensa de licitação para aplicabilidade do art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, são válidas para às contratações de LOCAÇÃO sob medida de imóvel a ser construído de acordo com parâmetros estabelecidos por órgão ou entidade da Administração

Em breve consulta realizadas em imobiliárias da Capital Catarinense, é possível constatar outros imóveis na região onde localiza-se a atual sede do Ministério Público de Santa Catarina, que estão a venda e pudessem ser erguidos o edifício sede, bem como, outros edifícios já edificados que estão a venda em sua totalidade. E o processo de dispensa de licitação, foi omissão quanto a estes fatores.

d) Dos decisões administrativas sem maiores fundamentações na estranha celeridade dada ao processo, além do pagamento antecipado

Como anteriormente citado, a empresa Becker Construção Civil Ltda ofertou o imóvel ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina em 18 de novembro de 2013, conforme consta às fls.12 do processo de dispensa de licitação.

Já no dia seguinte, em 19 de novembro de 2013, a Comissão de Estudos para Expansão da Estrutura Física do Ministério Público, conforme ata de fls. 46/47, realizou reunião com os membros da comissão, sem maiores estudos e fundamentações manifestou-se favoravelmente a abertura do processo destinado a sua aquisição, no seguinte forma:

Item 16 - PGJ: Foi recebida proposta do Construtora Becker, de venda de empreendimento comercial a ser edificado ao lado do Ed. Casa do Barão. O imóvel, possui, segundo consta no proposta, todas as licenças necessárias para a realização do obra. A proposta será encaminhado a COENG, para análise técnica do projeto, e a COGER, para providências no sentido de obter avaliações do imóvel e proceder a análise criteriosa quanto aos termos constantes na proposta, à forma de contratação, bem como as questões orçamentárias e financeiras. Diante da premente necessidade de ampliação da sede do Procuradoria Geral de Justiça e da oportunidade impar de se adquirir imóvel vicinal a sede atual, a comissão manifesta favoravelmente à abertura de processo destinado à sua aquisição.

Insta frisar, que o Membro da citada comissão que possui formação técnica em Engenharia, Engº Fabrício Kremer de Souza, sequer estava presente na reunião acima citada, já que encontrava-se de férias.

Ato seguinte, já no dia 20 de novembro de 2013, o Dr. Antenor Chinato Ribeiro, subprocurador para assuntos administrativos, já determinou que fosse dado ciência, por ofício, empresa Becker Construção Civil Ltda, com urgência, para que manifestasse quanto a CONTRAPROPOSTA havida, diga-se, do mesmo valor apenas e mesmo número de parcelas, tão somente com alterações na distribuição das parcelas.

Mesmo já tendo sido efetuada a contraproposta, em 4 de dezembro de 2013, em apertada análise e sem maiores fundamentações de ordem

técnica, levantamento de outras propostas e/ou comparativo com outros imóveis, o Coordenador Geral Administrativo, Sr. Adauto Vicari Júnior, apresenta parecer às fls. 59/61 dos autos, indicando que a proposta da "empresa Becker Construções revela-se como única alternativa extremamente positiva para a Instituição", além de que a proposta "está bem abaixo daquele que está sendo exigido pelo mercado imobiliário".

Vale ressaltar que não há no processo de dispensa comparativos com possibilidades de outras alocações, portanto, não podendo afirmar que é a única alternativa. Também há no processo, como já acima indicado, avaliação do imóvel adquirido e ainda a ser construído abaixo do valor contratado.

O coordenador Geral Administrativo ainda aponta:

Além de tudo, a proposta de pagamento apresentada parece-nos extremamente benéfica à instituição, havendo condições financeiras e orçamentárias para adquiri-lo, sem com isso, comprometer outros investimentos indispensáveis ao funcionamento do Ministério Público. [...]

A Comissão Parlamentar de Inquérito deverá apurar este ponto também, já que via de regra a Administração Pública não deve realizar pagamentos sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que "Estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", prevê:

Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acôrdo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou do prestação efetiva do serviço.

Entretanto, o Ministério Público de Santa Catarina, de uma celeridade incrível para avaliar e contratar uma obra com valor superior a uma centena de milhões de reais, pagou a título de antecipação, no prazo de 10 dias a contar da assinatura do contrato, a quantia de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

E por incrível que possa parecer, ficou como garantia o próprio imóvel onde será edificado o imóvel, declarado pela empresa Becker Construção Civil, pela quantia de R\$ 10.440.000,00 (dez milhões quatrocentos e quarenta mil reais), conforme demonstra a matrícula 477 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis, juntado às fls. 111/117 do processo licitatório, ao custo total.

Além de antecipar pagamentos sem que nenhum título fosse erguido no local, como ainda não o foi, e sem determinar que os novos pagamentos fossem realizados mediante medição das obras, o saldo restante será corrigido pelo INCC - Índice Nacional da Construção Civil.

Desta forma, pode-se afirmar que além do Ministério Público adiantar o dinheiro da obra, financiando a construtora, ainda pagará os juros para a mesma.

Assim sendo, pelo acima exposto, a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, ora requerida, mostra-se amplamente justificada e com os fatos determinados de forma a atender a legislação vigente.

Florianópolis, fevereiro de 2014

GABINETE LIDERANÇA PSD

Of.LD. nº 008/2014

Florianópolis, 03 de abril de 2014.

Excelentíssimo Senhor,

Joares Ponticelli

Presidente em exercício da ALESC

Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, venho através deste informar que a Bancada do PSD não indicará representante para participar da Comissão de Inquérito Parlamentar - CPI para apurar possíveis irregularidades no Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

A negativa da participação nesta CPI se dá em razão de que essa Bancada entende que o caso deve, primeiramente, ser analisado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em Brasília, o qual é o órgão responsável pela fiscalização dos MPs em todo o Brasil e, após decisão desse órgão e que a ALESC deve se manifestar acerca do assunto.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos a Vossa inteira disposição e, reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado Mauricio Eskudlark

Deputado Darci de Matos

Deputado Gelson Merisio

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado José Nei A. Ascari

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Ciro Roza

Lido no Expediente

Sessão de 08/04/14

GABINETE DO DEPUTADO

DÓIA GUGLIELMI

Ofício Gab. 097/2014

Florianópolis, 03 de abril de 2014.

Exmo. Senhor

Deputado Estadual Joares Ponticelli

Presidente em exercício da ALESC

Prezado Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente vimos informar que a bancada do PSDB não indicará membro para participar da Comissão Parlamentar de Inquérito do Ministério Público de Santa Catarina.

Sendo o que se apresenta para o momento subscrevo-me.

Deputado Estadual **Dóia Guglielmi**

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 08/04/14

LIDERANÇA DO PP

Ofício nº 11 - A/2014

EXMO. Deputado JOARES PONTICELLI

DD.Presidente em exercício da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Senhor Presidente

Com meus cordiais cumprimentos, dirigi-me a V.Exa. para comunicar que, conforme entendimento unânime, o Partido Progressista decidiu não indicar representante da Bancada para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito que deverá apurar suposta irregularidade junto ao Ministério Público Estadual.

Deputado Valmir Comin - Líder da Bancada do PP

Lido no Expediente

Sessão de 22/04/14

*** X X X ***

REQUERIMENTO Nº 003.1/2014

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO RQS/309.8/2014

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, e considerando que: a Rota do Sol, apesar de ser o único caminho totalmente asfaltado entre os Municípios de Cambará do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, e Praia, em Santa Catarina, não é opção exclusiva para quem vai se deslocar às praias do litoral, pois é possível descer da Serra do Faxinal pelas Rodovias RS-427 e SC-450; a partir das obras de pavimentação das Rodovias SC-450 (Serra do Faxinal) e da BR-285 (Serra da Rocinha), haverá aumento do fluxo de turistas gaúchos no Extremo Sul Catarinense, bem como será uma alternativa para escoar o grande fluxo de veículos no período de festas e férias do final do ano; o caminho é um atrativo turístico por cortar o Parque Nacional Aparados da Serra, numa extensão de 38 km, ainda não pavimentados, sendo 22 deles no estado gaúcho, com início no Município de Cambará do Sul, e apenas 8 km em Santa Catarina; a pavimentação da Serra da Rocinha faz parte de um projeto maior, chamado BR-285, que liga o litoral catarinense até a região de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul, na divisa com a Argentina; em seu trajeto a Rodovia passa por importantes cidades gaúchas como Vacaria, Passo Fundo e Carazinho, tornando-se um relevante corredor econômico e, ao ser interligada à BR-101, no Sul de Santa Catarina, passa a ter um peso turístico importantíssimo para o Estado; e, no que diz respeito às questões econômicas, a obra tornar-se-á ótima estrutura para escoar a riqueza regional, sobretudo a produção agrícola do norte e noroeste gaúcho, ao oferecer um trajeto mais curto e barato ao Porto de Imbituba, **REQUEREM** a Constituição de Fórum Parlamentar, composto por oito (8) Deputado, para acompanhar as obras de pavimentação das Rodovias SC-450 (Serra do Faxinal) e da BR-285 (Serra da Rocinha).

Sala das Sessões

Deputado Manoel Mota

Deputado Neodi Saretta

Deputado Darci de Matos

Deputada Angela Albino

Deputado Dóia Guglielmi

Deputado Sandro Silva

Deputado Valmir Comin

Deputado Sargento Amauri Soares

APROVADO EM SESSÃO DE 22/04/14

*** X X X ***